

ceu "Eduardo Prado". E darei o nome dos alunos que recebem as bolsas correspondentes a estes sete milhões de cruzeiros no Livro "Eduardo Prado" às expensas da minha verba pessoal.

De acordo com o que se ouviu nestes últimos dias, a verba pessoal transcende para o escândalo, a verba pessoal já é uma dilapidação do dinheiro público, e o pior, a verba já é um interesse pessoal.

Eu me sinto muito à vontade, Sr. Presidente e Srs. deputados, para falar sobre o assunto. Todos nós temos a nossa verba publicada no "Diário Oficial", e uma maneira profilática seria a de justificar perante seus pares a distribuição da verba. Porque não concordo que se dêem 10, 15, 20 milhões de cruzeiros a uma entidade sem que se justifique de como vai ser aplicada esta importância vultosa. E, se defendi até hoje a verba pessoal dos Srs. deputados, meus caros colegas, passo a outra trincheira. Passo a outra trincheira. A partir de hoje, sou daqueles que vão exigir a prestação de contas destas verbas (muito bem), pois não posso ver num programa de televisão a Assembleia Legislativa de São Paulo dando uma impressão deplorável à opinião pública. Passo hoje, Srs. deputados, a fazer uma cobrança: aqueles que foram acobardados, acusados de não ter aplicado bem sua verba que venham a esta tribuna explicar item por item os motivos desta distribuição.

Aliás, o problema não é o problema deste deputado, é o problema da própria Assembleia Legislativa. Que poder moral teremos nós para criticar convênios espúrios, vergonhosos, mentirosos, desonestos do governador fanfarrão e mentirosos que encampou o Padre Baleeiro, os convênios da Educação, os possíveis convênios que possam vir deste Legislativo, o que foi feito com boa intenção, reconheço, se nós primeiro não joiramos aqui a nossa própria verba pessoal e separarmos o joio do trigo? Porque, quando se anda nas ruas e se diz que é deputado, ninguém se lhe pergunta o nome. É o deputado. O deputado, hoje, diante dos escândalos levados à opinião pública, deve andar encapuçado.

(É dado um aparte anti-regimental).
V. Exa., nobre deputado, diz que o Sr. Brizola tem razão. Se não fosse um débil mental e cunhado, teria razão o Sr. Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Nobre deputado Arruda Castanho, a Presidência solicita de V. Exa. a ter-se à matéria ora em discussão.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Nobre Presidente e Srs. camaristas, o projeto do nobre deputado Ariovaldo Roscito — repito — é um projeto que contém boa intenção, mas de boa intenção o inferno está cheio; de boa intenção está cheia a Buri, 100, do Padre Baleeiro. Pegam este projeto, de autoria do nobre deputado Ariovaldo Roscito, e transformam os possíveis convênios em negócios. E quem vai fiscalizar os negócios?

Dáí estar com a boa tese o nobre deputado Paulo Planet Buarque. O projeto pode ser feito até por um decreto do Governador, se ele for bem intencionado. Que cada funcionário procure, na sua cidade, o seu negócio, o seu raio X, o seu médico, para que o Estado pague, sem convênios, porque a palavra "convênio", lá e cá, está desmoralizada. Segundo dizem, convenhamos, mas lá e cá más fadas há, e não se podem fazer convênios sobre a areia movediça, não se podem fazer convênios hipotéticos. O dinheiro que se arrecada do povo é um dinheiro sagrado e não se malbarata o dinheiro do povo com convênios empíricos.

Portanto, Srs. deputados, louvo a intenção do ilustre deputado Ariovaldo Roscito, que sei, é um homem que conhece bem os problemas do Poder Executivo e dos funcionários. S. Exa. é um antigo funcionário do Estado e conhece a angústia do funcionário, conhece a precariedade do serviço de saúde do funcionário, no interior. A minha oposição ao projeto de S. Exa. não se refere a intenção do projeto, que é muito boa: é ao "modus faciendi", à maneira como foi apresentado.

O Sr. Ariovaldo Roscito — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARRUDA CASTANHO — Darei, antes, o aparte ao nobre deputado Sólton Borges dos Reis e, em seguida, darei a V. Exa.

O Sr. Sólton Borges dos Reis — Nobre deputado Arruda Castanho, acompanho, como sempre gosto de fazer, o discurso de V. Exa., abordando o projeto de autoria do nobre deputado Ariovaldo Roscito. Na realidade, o funcionalismo do Estado não se sente satisfeito com a assistência que espera receber dos poderes competentes, no campo da previdência social.

Não sei se fazem recursos para que o Governo do Estado acuda ao funcionalismo do Estado. Sei que a Casa votou um aumento na contribuição dos funcionários, passando de 1 para 3% a contribuição mensal compulsória dos servidores do Estado ao Instituto de Previdência de São Paulo.

Antes disto havia o Instituto construído o Hospital dos Servidores na Capital. Sabe V. Exa. que os servidores do Interior não têm possibilidade de usufruir os recursos do hospital. E mesmo os servidores da Capital estão quixotes de que o hospital não os pode atender na medida em que eles precisam e em que o Estado está obrigado. Não estudei objetivamente o assunto para saber se a assistência oferecida pelo Hospital dos Servidores depende de recursos, que no momento estariam escassos, ou de outros motivos. Mas na realidade um servidor da Capital leva muitos meses para conseguir uma consulta e ultimamente está obrigado a pagar os serviços que recebe do hospital. Os servidores do Interior apelam para os seus representantes nesta Casa no sentido de que se leve esta assistência também ao Interior. O ideal seria que o Instituto construisse — já que agora vai

ter uma arrecadação maior e além disto porque houve aumento de percentagem — aumentaram os vencimentos — hospitais no Interior. Esta seria a solução ideal. Enquanto não é construído o Instituto vem fazendo o que os institutos de aposentadoria e pensões da União fazem, isto é, convênios com as Santas Casas; no momento o Instituto de Previdência do Estado mantém convênios com 14 Santas Casas do Interior nas cidades sedes de delegacias regionais da Fazenda. Esta parece-me boa medida. O projeto de lei do nobre deputado Ariovaldo Roscito não traz nada de novo neste sentido. Apenas vem dar força de lei a uma medida que a administração já vem tomando em prática.

E dado um conta-aparte.
O Sr. Sólton Borges dos Reis — Estou com V. Exa. quando reclama medida nominalizadora para os convênios. Quer V. Exa. oferecer ao Executivo normas das quais não possa escapar. Hoje temos a frente do Instituto um homem de bem, que é o Dr. Rui de Arruda Camargo, que a meu ver empresta alicia atarquinha uma presença idônea e capaz. Este é o meu ponto de vista, dado o conhecimento que tenho daquela alta autoridade. Não obstante, o Instituto está sujeito a alterações na sua direção. O objetivo de V. Exa. é oferecer normas que impeçam liberalidades, erros, irregularidades, que nós temos obrigação e impedir que ocorram, inclusive nesta Casa e V. Exa., zelando pelo bem comum, está alerta na tribuna da Assembleia, desempenhando aquelas funções para as quais o povo em tão boa hora o elegeu.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Não posso, Sr. Presidente e Srs. deputados, impedir que digam que na Assembleia há distribuição de verbas para entidades inexistentes e empíricas, desconhecidas. E se aqui ocorre isto não é possível mais fiscalizarmos o Executivo na aplicação de verbas, eis que pesa sobre nós essa suspeita. Que força teremos nós para fiscalizar o Executivo, se não são fiscalizadas as verbas?

O que eu ouvi na televisão, Srs. deputados, é de se lhe tirar o chapéu, é de se lhe tirar o chapéu! As acusações contidas nos programas de televisão são horrorosas, vergonhosas para a Assembleia.

O Sr. Batista Botelho (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Arruda Castanho, nós estivemos na televisão ontem...

O SR. ARRUDA CASTANHO — Ah! V. Exa. também esteve?

O Sr. Batista Botelho — Acidentalmente, mas estive e afirmamos, através do Canal 2, que entraríamos com uma indicação nesta Casa e um projeto modificando a lei de distribuição de verbas. E vamos fazer isto. Indicar ao Tribunal de Contas para que só aprove aquilo que respeitar a lei de distribuição de verba. Porque a lei diz: educação, assistencial social e cultural e física. Nosso projeto visa a retirar esta palavra "física", dada uma explicação que o deputado Mantelli, que foi distribuída verba a um clube de gastronomia — aquele que come muito. Diz que foi distribuída verba a um clube desses! Então perguntamos, será "física"? Será cultura comer demais? Será assistência social dar tanta comida assim? Pretendemos restringir, mediante projeto de lei, a destinação exclusivamente a assistência social e cultural. Nós verificamos também — denunciemos na televisão e vamos denunciar aqui — que inúmeros deputados distribuíram verba a — não digo instituições que não existem, não conheço, acredito que existam — mas a instituições que não têm a finalidade da lei.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Um exemplo, Exa.

O Sr. Batista Botelho — Quer que cite um exemplo? Cito, como citei na televisão: a União dos Servidores Públicos do Estado. Segundo tive informações, não presta nenhum serviço de assistência. Nenhuma assistência. E assim vários outros. Por exemplo: para a construção de dormitório do collegio — me esqueço o nome. Propriedade privada. A lei não manda isso. A lei não observa isso. Quero adiantar que quando citamos isso não queremos dizer que não exista a União dos Servidores Públicos, que existe nós sabemos; existe. Não sabemos que preste assistência social. Porque a lei, manda, expressamente — assistência social e cultural e física. Esta última precisa ser cortada, para evitar que clubes de futebol e Bibrigui, de Brejo Alegre, de Caçapava e outros por aí afóra sejam beneficiados.

Então, nos pretendemos exclusivamente que se raje. E ao deputado cabe respeitar, eis que nós legislamos para o Estado todo. Quem faz a lei para o Estado? Somos nós. Somos até um Poder superior ao Executivo.

O SR. ARRUDA CASTANHO — V. Exa. me permite outro aparte?

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Aliás, nobre deputado, V. Exa. é quem está com a palavra.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Foi citada outra entidade, deputado, pela televisão.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Parece-me que foi um Pronto-Socorro...

O SR. ARRUDA CASTANHO — O Pronto-Socorro "Alvorada".

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Aliás já tivemos oportunidade de dizer isso, que precisamos verificar sobre esse Pronto-Socorro "Alvorada", de que modo funciona e como funciona, e saber, também, de quem ele é. Temos que não averiguar quem é o responsável, o dono do Pronto-Socorro "Alvorada". Apresentamos também a oportunidade que o nobre deputado Arruda Castanho nos oferece, com este lindo aparte, para dizer que aqui, quando se fala no assunto levanta-se uma colúmba, a de que se está jogando lama na Assembleia. Não. Pelo contrário. Levantamos o problema e tiramos a lama do sobre a Assembleia, é moralizar e respeitar a lei, votada pela própria

Assembleia. Isto não é, portanto, jogar lama na Assembleia. É preciso que cada um dos Srs. deputados que distribuíram essas verbas ilegais, não digo que sejam ilegais, porque muitas vezes a intenção não implica em ilegalidade. Mas, ilegais, inúmeros e inúmeros Srs. deputados distribuíram verbas até para a Associação Comercial e Industrial de Guarapés, por exemplo. Ora distribuir verba para a Associação Comercial e Industrial de Guarapés, ou de Aracatuba, ou de São José do Rio Preto ou de São Paulo, isso não podemos aceitar, nobre deputado. A Associação Comercial, que gira em torno dos interesses dos comerciantes, do alto comércio, e que defende exclusivamente o direito dos seus associados. Essa distribuição de verbas deveria ser destinada à assistência social e cultural. Outro distribuiu verba para a União Municipalista, a reunião dos Srs. prefeitos. Isto não, não p.de ser. Eu acredito que se deva isto à sensibilidade de deputados. Não quero dizer que tenha sido má-fé. Mas é preciso que se corrija isto o mais breve possível.

O SR. PINHEIRO JUNIOR — Nobre deputado Arruda Castanho, V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ARRUDA CASTANHO — Quero declarar que também o meu nome foi citado na televisão, porque distribuí verba à Associação Coração de Jesus, do Dr. José Finocchiaro. Mas quero declarar que eu pro. vo a aplicação da verba que destino. Todas minhas verbas, eu declaro item por item desta tribuna.

O SR. UBIRAJARA KEUTENEDJIAN — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ARRUDA CASTANHO — E é desagradável que se levantem questões como a do caso do Pronto-Socorro "Alvorada", que foi citado pela televisão.

Declararam que 3 deputados desta Casa: o Sr. Lo vice-presidente, Dr. Pedro Paschoal — eu fale rasgado o que ouvi — o Dr. Fernando Mauro e o Dr. Renato Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. dispõe de 5 minutos do tempo regimental.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Declararam que se fundou essa entidade e que se destinou verbas vultosas à mesma entidade. E citaram outras entidades com obras vultosas. Ora, Srs. deputados, este não é um caso mais para reunião de líderes, este não é um caso mais para portas fechadas, este é um caso que tem de ser discutido abertamente nesta Casa, as escancarar. E disseram também que se destinou 47 milhões para uma entidade.

O SR. PINHEIRO JUNIOR — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ARRUDA CASTANHO — Envio que se justifique a destinação de verbas de cada um e que os cidadãos se defendam não em uma reunião de líderes, não a portas fechadas. Que se defendam desta tribuna para que sejam inquiridos e remquiridos, eis que, inclusive, está em jogo a dignidade da própria Mesa da Assembleia, eis que um dos membros da Mesa é apontado como autor dessa prática considerada ilegal.

O SR. PINHEIRO JUNIOR — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ARRUDA CASTANHO — Esperamos a palavra dos acusados e queremos ver os acusadores na mesma posição em que estiveram na televisão. Que não haja reação, nobre deputado Batista Botelho. Que não haja reação na votação com que acusaram. Que acusem com a mesma veemência aqui. Tem o aparte o nobre deputado Pinheiro Junior.

O SR. PINHEIRO JUNIOR — Nobre deputado Arruda Castanho, o nobre deputado Batista Botelho fez alusão à União dos Servidores Públicos, entidade que congrega em seu seio cerca de 40 mil servidores públicos e que este deputado, Presidente da entidade, destinará à mesma a quantia de 19 milhões de cruzeiros. Queriria dizer a V. Exa. que lamento profundamente não poder destinar os 50 milhões à entidade, porque estamos reformando a nossa colônia de férias, que conta com 33 quartos, e que foi feita para atender a pequenos servidores públicos e que até ontem cobrávamos a diária de 500 cruzeiros, dando almoço, café da manhã com pão e manteiga, todo conforto a pequenos servidores públicos, prestando assistência social em grande profundidade. Temos na sede social um ambulatório com dois médicos e dois dentistas permanentemente e, se isso não bastasse, temos 15 sub-sedes no interior do Estado: em Presidente Prudente, em Aracatuba, cidade do deputado Batista Botelho, em Piracicaba, em Campinas, em Santos, em Mogi das Cruzes. Em Franco da Rocha temos uma sede própria com dentista e com médico há 10 anos, atendendo aqueles servidores públicos que moram no Hospital de Franco da Rocha. Fiz um convite a S. Exa. para que fosse agora, hoje, neste instante, ver a reforma que estamos fazendo em nossa colônia de férias. Vamos necessitar de mais de 50 milhões para poder abrigar cerca de 200 funcionários por dia. Ofereci condições e alimentação gratuitas para que verificasse "in loco" a situação. Fica aqui, Sr. Presidente, desde já, o meu propósito de renunciar ao meu mandato se esta Casa, pela unanimidade dos deputados, verificar se há desvio de 1 níquel sequer para V. Exa. Sr. Presidente, que mande nomear uma comissão de deputados para fazer um levantamento, em qualquer momento, na escrituração contábil da União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Resta um minuto ao orador.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Eu ia dar um aparte ao nobre deputado Ubirajara Keutenedjian. Però licença para voltar ao nobre dep. Fernando Mauro, eis que S. Exa. foi citado nominalmente.

O Sr. Ubirajara Keutenedjian — Perfeitamente.

O Sr. Fernando Mauro — Era minha intenção ocupar a tribuna da Assembleia hoje, após a Mesa Redonda do Canal 2. Mas, em face da exiguidade do tempo e da cessação que me fez o nobre deputado Sólton Borges dos Reis, ocuparei a tribuna na tarde de

amanhã, no Grande Expediente, não somente para dar uma satisfação à Casa dos deputados que me foram feitas, como também a todos os deputados, com um repêto de Loure, explicando que não recebi verba nenhuma ainda. Alguns deputados falaram na destinação das verbas que não me chegaram às mãos. Não posso prestar contas do que não recebi. Quando as receber, então, prestarei contas de tudo com a honestidade que todos os deputados já vem manter, com toda a documentação, de tostão por tostão. O que não permitirei é que determinados deputados, através da televisão, covardemente, invistam contra esta Casa e contra a honrabilidade dos que ocupam assentos nesta Assembleia. Esses que vão a uma Mesa Redonda e não têm autoridade moral, não tem coragem moral para assomar à tribuna e fazer, frente à frente, a acusação nominal dos deputados, são verdadeiros covardes. São homens que não tem capacidade moral para representar o povo nesta Casa. Virei à tribuna na tarde de amanhã, trazer a minha palavra e os meus esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE — O tempo do orador está esgotado. O nobre deputado Cid Franco, orador seguinte, cede 3 minutos de seu tempo ao nobre deputado Arruda Castanho, que continua com a palavra.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Tem o aparte o nobre deputado Ubirajara Keutenedjian.

O Sr. Ubirajara Keutenedjian — Ouvi ontem o programa da TV e acho que os deputados desta Casa correm um grave risco. V. Exa. foi citado nominalmente e mencionado como um dos deputados que deram verbas à Sociedade Filantrópica Coração de Jesus. Para os que não o conhecerem, para os menos avisados, V. Exa. teria cometido um erro, que não cometeu. Os nobres colegas deveriam examinar essas citações injustas, porque poderiam ser criados novos casos e outros deputados serem citados. Os críticos deveriam despir-se das suas imunidades antes de falar, porque assim poderiam ser chamados às falas pela Justiça, se cometessem erros ao fazer as suas acusações. Desta forma colocaríamos o problema no devido lugar e não seriam chamadas para efeito publicitário determinadas sociedades que não merecem críticas e que de forma alguma poderiam ser citadas. Nobre deputado, dei este aparte para que V. Exa. verificasse, e a Casa, que antes de julgarmos, não somos juizes da sociedade e, por tanto, não podemos julgá-la. Podemos é solicitar esclarecimentos e aquele que tiver certeza de irregularidades deve recorrer ao Judiciário, mas deve permitir, se por acaso for demasiado leviano ao fazer uma afirmação, que a sociedade tenha o mesmo direito também de levá-lo ao tribunal. E a sugestão que faço à Casa e a V. Exa.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Muito obrigado. Nobre deputado, eu destinei um milhão para uma entidade, que foi muito criticada, a dos Finocchiaro. Tenho todos os comprovantes do serviço prestado por essa entidade. Minha verba pessoal eu posso defendê-la desta tribuna. Poderei defendê-la desta tribuna, item por item, e espero que os Srs. deputados possam fazer o mesmo. Quanto aqueles deputados que foram à televisão, como o nobre deputado de Aracatuba João Batista Botelho, espero que S. Exa., com a mesma veemência, venha aqui fazer as acusações que fez na televisão. Mas eu não vou querer, Sr. Presidente, que façamos uma reunião de líderes a portas fechadas. Que o debate seja amplo, franco, aberto, para que o povo saiba como é distribuída a verba pessoal, assistencial, desta Casa. Sou daqueles que acho que o Sr. Governador deve deixar de promulgar a lei até que se esclareçam esses casos citados, casos que vêm atingir a Assembleia. E acredito na honrabilidade daqueles que fizeram tais acusações. Não acredito que o deputado Batista Botelho seja um homem covarde. Não! É um homem corajoso! Teve sempre uma atitude firme, sem dubiedade, nesta Casa.

O Sr. Batista Botelho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARRUDA CASTANHO — Está terminando o meu tempo, excelência. Tenho um minuto. Dou meio minuto a V. Exa.
O Sr. Batista Botelho — V. Exa. está dizendo que eu acusei, parece. Eu não fiz uma acusação. Apenas disse na televisão que iria dar o nome dos bois. Porque o entrevistador havia pedido o nome dos bois e eu disse que daria, o nome dos bois e a cóp dos bois quando assomasse à tribuna desta Casa. Portanto, na televisão, não acusei ninguém. Quando assomar a tribuna, irei acusar. Porque tem boi "rochedo", de chifre penso, de chifre comprido, e daremos nome do boi rochedo", sem estrela na testa e com estrela na testa...

O SR. ARRUDA CASTANHO — E é hoje.

O Sr. Batista Botelho — Talvez não seja.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Porque V. Exa. já se inscreveu.

Então, discutindo o projeto de lei do nobre deputado Ariovaldo Roscito, minha opinião é de que S. Exa. teve o mérito, ao apresentá-lo, de fazer com que o governo tenha já antecipado as suas medidas e, antes de aprovado o projeto de S. Exa., tenha firmado convênios com alguns hospitais. Mas acho que esses convênios devem ser rigorosamente fiscalizados, para tranquilidade desta Assembleia.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — Sr. Presidente e Srs. deputados, o nobre deputado Ariovaldo Roscito, pelo projeto que está em discussão, n.º 458, de 1963, pretende que se autorize o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo a celebrar convênios com hospitais particulares do Interior, a fim de que atendam aos servidores públicos.

E uma tese que não auxilia o princípio de assistência médico-hospitalar oficial e gratuita ou a criação de hospitais públicos